



7º Encontro Internacional de Política Social
14º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Contrarreformas ou Revolução: respostas ao
capitalismo em crise
Vitória (ES, Brasil), 3 a 6 de junho de 2019

Eixo: Classe social, raça/etnia e sexo.

**OBSERVATÓRIO DIREITOS DAS MULHERES DOS VALES DO
JEQUITINHONHA E MUCURI**

Ms. Claudilene da Costa Ramalho¹
Dra. Andréa Kelmer de Barros²
Dra. Raquel Cristina Lucas Mota³

Resumo

O presente Relato de Experiência visa apresentar a ações realizadas pelo projeto de extensão universitária *Observatório dos Direitos das Mulheres dos Vales Jequitinhonha e Mucuri*. Este projeto de extensão foi iniciado em agosto de 2016, por meio da articulação com o ensino e pesquisa. Desde sua criação, o projeto vem promovendo importantes contribuições na defesa dos direitos da mulher e principalmente no enfrentamento a violência contra a mulher nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. A metodologia do projeto prima pela participação coletiva de todos os sujeitos participantes, pois partimos do pressuposto de que a educação não é um processo de transmissão, mas um processo de interação e troca, o que também atende à um dos princípios da Política de Extensão da UFVJM – a Interação Social.

Palavras-chave: Educação; extensão universitária; patriarcado; gênero.

Abstract

The present Report of Experience aims to present the actions carried out by the university extension project Observatory of the Rights of Women of the Jequitinhonha and Mucuri Valleys. This extension project was started in August 2016, through articulation with teaching and research. Since its inception, the project has been promoting important contributions in the defense of women's rights and especially in confronting violence against women in the Jequitinhonha and Mucuri Valleys. The methodology of the project is based on the collective participation of all the participants, since we assume that education is not a process of transmission, but a process of interaction and exchange, which also complies with one of the principles of the Extension Policy of UFVJM - the Social Interaction.

Keywords: Education; University Extension; patriarchy; genre.

Marco Teórico de Referência

O Observatório dos Direitos das Mulheres dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (ODMVJM) – vinculado Programa de Extensão Direitos Humanos: defesa e fortalecimento das políticas públicas nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – conta com diversos parceiros: a Coordenadoria de Inclusão Social do Ministério Público-CIMOS/MP ; o Movimento Nacional dos Direitos Humanos; a Prefeitura Municipal de

¹ Mestre em Política Social pela UFES. Professora assistente da UFVJM. Coordenadora do Projeto de Extensão: Observatório dos Direitos das Mulheres dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri- UFVJM. E-mail: <kaucostar@hotmail.com>.

² Doutora em Política Social pela UFF. Professora adjunta da UFVJM. Colaboradora do Projeto de Extensão: Observatório dos Direitos das Mulheres dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri- UFVJM. E-mail: <andrea.kelmer@gmail.com>.

³ Doutora em Serviço Social pela UERJ. Professora adjunta da UFVJM. Colaboradora do Projeto de Extensão: Observatório dos Direitos das Mulheres dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri- UFVJM. E-mail: <raquelclm@gmail.com>.

Araçuaí; a Prefeitura de Teófilo Otoni e a Associação Comunitária Produtiva (ACOP), localizada no município de Ouro Verde de Minas. Essas organizações têm atuação em municípios dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, cabendo a esse coletivo a participação efetiva em todo o processo de planejamento, execução, avaliação e publicização do projeto em suas diversas etapas. Além destas parcerias supracitadas, o projeto conta ainda com o apoio da Secretaria Municipal de Assistência Social – CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), e do CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social). NASF, - Núcleo De Saúde da Família, Educação.

A iniciativa e motivação para execução deste projeto se deram por uma compreensão prévia de que no Brasil, todos os dias, milhares de mulheres são vítimas de violência, seja ela física, psicológica, sexual, patrimonial, dentre outras. Desta forma, percebe-se que a violência por meio da agressão física é um fenômeno corriqueiro na sociedade, pois a cada 5 minutos uma mulher é agredida e diariamente 13 mulheres são assassinadas no Brasil (WAISELFISZ, 2016).

A lei nº. 11.340/2006, conhecida como “Lei Maria da Penha” e a lei nº 13.104/2015, conhecida com “Lei do Feminicídio” foram criadas com o objetivo de enfrentar a violência e o assassinato de mulheres.⁴ Porém, apesar dos avanços conquistados, fruto da organização, mobilização e luta das mulheres brasileiras, as relações sociais mantêm os aspectos conservadores do modelo patriarcal, que podem ser constatados nas condições de trabalho das mulheres, na desigualdade salarial, nas duplas jornadas de trabalho, e nas diversas outras relações de violência a que as mulheres estão expostas.

Percebe-se que, um dos principais desafios para a aplicabilidade destas Leis é a quase inexistência de um conjunto de órgãos que dispõem de profissionais capacitados para atuação específica de atendimento à mulher em situação de violência, que atuem de forma articulada entre si e com os movimentos populares em defesa dos direitos das mulheres, e que incentivem a denúncia dos seus agressores ou agressoras. Uma vez que,

⁴Lei Federal Nº 13.104/2015 “altera o art. 121 do Decreto-Lei nº2. 848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.”Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm. Acesso em 16 out. 2016.

uma parcela representativa de mulheres que vivem em situação de violência não denuncia, ou seja, compõe a demanda reprimida. É imperativo apontar que um dos fatores determinantes dessa realidade seria a inexistência de amparo necessário da rede de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher (BRASIL, 2011). Ademais, além dessa lacuna existente, ainda existe a crença, devido à cultura histórica, de que essas situações de violência são de responsabilidade da mulher, o que expressa, nitidamente, as relações patriarcais, de submissão, subserviência, subjugação e exploração da mulher.

Compreender o patriarcado como base estrutural de dominação e exploração da vida das mulheres é fundamental para se entender a opressão de gênero. No patriarcado o poder do homem é construído em detrimento ao da mulher, estabelecendo relações de hierarquia e desigualdade de gênero. Por funcionar como sistema que se reproduz material e ideologicamente, o patriarcado é reproduzido independente da presença do gênero masculino (SAFFIOTI, 1997).

A classe social não imputa mais ou menos submissão inscrita nas relações de gênero, assim como essa categoria, também o gênero e a raça/etnia são estruturantes na sociedade. Não cabe, portanto, responsabilizar aos pobres por uma cultura de violência doméstica. Há formas de violência de gênero que só são possíveis para uma população mais abastada, como a subjugação das mulheres em torno do patrimônio. Contudo, pode-se argumentar que o que tende a ocorrer é que assim como o álcool, situações de estresse como o desemprego e a situação de miséria podem potencializar atos violentos (SAFFIOTI, 2015).

Sob esta conjuntura de acirramento da luta de classes, onde a dominação, a exploração e o patriarcado se fortalecem, é que aumentam os desafios dos movimentos populares, principalmente feministas, na luta pelos direitos e contra a violência. Aumenta-se também a responsabilidade de projetos como o Observatório dos Direitos das Mulheres dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, em contribuir com o debate sobre gênero e patriarcado, com vistas ao combate das diversas formas de violência, denunciar toda e qualquer forma de violência de gênero e, de criar estratégias que visem fortalecer a articulação dos movimentos populares que atuam na defesa dos direitos da mulher.

Desta forma, o “Observatório dos Direitos das Mulheres dos Vales Jequitinhonha e Mucuri”, vêm representando uma estratégia para repensar a forma de acolhimento da mulher em situação de violência, que se apresenta no cotidiano dos profissionais das equipes de trabalho da rede, possibilitando o aprimoramento de suas estratégias para enfrentamento da violência contra a mulher, através da articulação entre movimentos populares em defesa das mulheres que atuam nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e, com demais atores da rede de enfrentamento a violência contra a mulher, buscando assim, fortalecer a aplicabilidade da Lei Maria da Penha, mas, sobretudo, servindo de espaço para debate das reais causas de geração das diversas formas de violência que se encontram na estrutura patriarcal da sociedade. Desta forma, o projeto Observatório dos Direitos das Mulheres dos Vales Jequitinhonha e Mucuri vem representando uma importante contribuição da UFVJM, no enfrentamento da violência contra a mulher e na articulação dos movimentos de defesa dos direitos das mulheres.

A realidade dos Vales Jequitinhonha e Mucuri no campo da violência de gênero é preocupante, e torna este projeto essencial como instrumento de combate, luta e apoio para elaboração de políticas de enfrentamento a esta situação. Possuindo uma população feminina maior que a masculina, o estado de Minas Gerais, de acordo com dados do IPEA – Instituto de Pesquisas Aplicadas (2013), de 2009-2011, ficou em 13º lugar no Brasil em caso de homicídios femininos (em média 6,24% a cada 100 mil habitantes), perdendo apenas para o Espírito Santo, que é o primeiro em caso de homicídios no Brasil. A mesma pesquisa mostra que o perfil das mulheres vítimas de homicídio (feminicídio) no Estado é: negra (60%); baixa escolaridade (48%); idade entre 20 a 39 anos (54%). O perfil do agressor em mais de 50% dos casos mostra que quem é o responsável pelo feminicídio é o companheiro, e em mais de 20% dos casos são os ex companheiros.

Os Vales do Jequitinhonha e Mucuri são regiões do estado de Minas Gerais que apresentam uma população feminina significativa e ainda a maior taxa de pobreza e de analfabetismo e a menor taxa de criação de empregos formais do Estado (CADERNO DE INDICADORES, 2013). De acordo com dados do Diagnóstico da Violência Doméstica e Familiar contra a mulher de MG, elaborado pelas Regiões Integradas de Segurança Pública do Estado –RISPs, entre os anos de 2014 à 2016, os Vales do Jequitinhonha e Mucuri, apresentaram um número expressivo de mulheres que são

vitimas de violência. Os diversos tipos de violência (física, psicológica, patrimonial, sexual, dentre outros) prevalecem em todo o Estado, mas a maioria dos casos registrados nas regiões, foram: de violência física, seguida de psicológica. Outro tipo de violência que se destacou nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri é a violência patrimonial (MINAS GERAIS, 2016).

Cabe destacar que os Vales do Mucuri e Jequitinhonha possuem uma extensa região territorial e rural, e que nos rincões destas regiões percebermos um patriarcado ainda embasado na desigualdade de gênero que resulta em índices alarmantes de crimes e violências contra as mulheres (a maioria dos dados são subnotificados, mas em conversa com profissionais que trabalham na região em equipamentos que atendem mulheres, foi informado diversas situações de violência contra a mulher). As ações que o Observatório dos Direitos das Mulheres dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri vêm desenvolvendo, estão contribuindo de forma substancial para levar informação e orientação às mulheres, auxiliando a rede na prevenção e enfrentamento a violência contra a mulher, com a possibilidade de identificar mulheres que já se encontram em situação de violência e que desconhecem seus direitos.

As atividades do Observatório consistem na realização de ciclos de seminários e capacitação com os profissionais da rede de enfrentamento a violência contra a mulher. Oferece a esses profissionais uma aproximação com o debate de gênero, além de auxiliar no reconhecimento das fragilidades da rede, e no possível fortalecimento desta mesma rede, ao oferecer possibilidades de discutir e propor ações.

Outro ponto a ser destacado é a divulgação da Lei Maria da Penha. Apesar desta lei possuir mais de 10 anos da sua promulgação, esta ainda é desconhecida por muitas mulheres. Essas mulheres apesar de conhecerem a lei não sabem onde procurar ajuda, assim sendo, a divulgação dos equipamentos de defesa dos direitos da mulher também são prioridades das ações do Observatório, as quais serão destacadas a seguir.

Resultados e Conclusões

A partir da realização de várias ações, dentre elas palestras, curso de capacitação, grupo de estudos⁵, rodas de conversas, cines debates, encontros, o projeto desenvolve debates sobre as relações patriarcais de gênero e contribui com o combate à violação dos direitos das mulheres e com o fortalecimento da rede de proteção e defesa das mulheres na região dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri em Minas Gerais.

Nesse sentido, compreende-se que a extensão universitária é um espaço de troca de saberes que proporciona a transformação da realidade brasileira em direção da justiça social, da democracia, solidariedade e fortalecimento da construção de uma educação não sexista e sem violência contra a mulher.

Ademais, faz-se perceptível na atual conjuntura das universidades públicas promover o debate e desenvolver ações que possibilitem refletir e intervir nas desigualdades de gênero, no racismo e nas mazelas causadas pelo capitalismo, patriarcado e racismo, debates estes que são importantes instrumentos de resistência e de luta na reafirmação da democracia, instituída na Constituição Federal de 1988, ainda que saibamos dos limites para a implementação dos preceitos da CF de 1988, os quais não problematizaremos neste relato de experiência, por não ser o foco central do mesmo.

No acirramento da luta ao conservadorismo, tem-se que a dominação, a exploração e o patriarcado se fortalecem, desse modo, aumentam-se os desafios dos movimentos populares, com destaque para os movimentos feministas na luta pelos direitos humanos e sociais. Também cresce a responsabilidade de projetos como o ODMVJM em contribuir com o debate sobre gênero e patriarcado, com vistas ao combate das diversas formas de violação dos direitos das mulheres na busca da realização das denúncias de toda e qualquer forma de violência de gênero, com a criação de estratégias que visem fortalecer a articulação dos movimentos populares que atuam na defesa dos direitos da mulher.

⁵ O grupo se intitula: Estudos de Gênero, Patriarcado e Violência. Esse grupo de estudos foi criado em 2016, e por meio de encontros quinzenais são realizadas pesquisas, estudos, debates de textos, cine debates, roda de conversa sobre temáticas selecionadas pelos participantes. Durante esses quase três anos de existência do grupo, as principais temáticas foram: Divisão sexual e racial do trabalho, maternidade, mulher e religião, violência, violência contra a mulher, mulher e revolução, movimento feminista, dentre outros. Como resultados do grupo de estudos, já foram produzidos pelos bolsistas estagiários do projeto 06 Trabalhos de Conclusão de Curso, relacionados com as temáticas debatidas durante os encontros. Esses momentos de estudos e debates possibilitam a construção da base teórico-metodológica, para o desenvolvimento das atividades internas e externas.

Cabe destacar, que o Observatório tem se tornado não apenas um instrumento de combate a violação dos direitos das mulheres, mas também tem se estabelecido como um canal direto de comunicação e articulação entre a universidade, a comunidade e os movimentos e entidades dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, principalmente porque o projeto já alcançou municípios que até então a UFVJM não tinha chegado/ se aproximado para desenvolvimento de trocas de saberes entre a universidade pública (UFVJM) e comunidades em torno da universidade. Essa questão é confirmada pelas importantes parcerias que o projeto já estabeleceu e continua estabelecendo na região, dentre elas é importante citar: participação nos Fóruns Permanentes de Enfretamento da Violência Contra a Mulher do Baixo e do Médio Jequitinhonha, no Centro de Referência dos Direitos Humanos do Mucuri, na Federação de Entidades Culturais e Artísticas do Vale do Jequitinhonha (FECAJE), atividades importantes para o fortalecimento do projeto e expressam a relevância e respeito que a atuação do Observatório ganhou nos Vales Jequitinhonha e Mucuri, bem como a necessidade de continuidade do projeto.

O Observatório vem contribuindo também com os movimentos populares de Mulheres, tendo auxiliado na construção do Grupo de Mulheres Organizadas do Mucuri, fomentando as primeiras reuniões e consolidação deste grupo. Nesse sentido, o Grupo de Mulheres Organizadas do Mucuri (GMOM), é um grupo de mulheres constituído em outubro de 2016, a partir da iniciativa do ODMVJM. Foram chamadas as organizações que atuam na defesa dos direitos das mulheres na região, para construir o 1º Encontro de Mulheres do Mucuri em 03 de dezembro de 2016. Assim, com a colaboração e fomento do Observatório, mais de 15 organizações da sociedade civil e do poder público, passaram a reunir-se mensalmente não apenas para o Encontro, mas para pensar em estratégias para enfrentar a violência contra as mulheres no Vale do Mucuri. Participaram também deste evento mais de 270 de mulheres de várias cidades do Mucuri, as quais compõem o Grupo de Mulheres Organizadas do Mucuri (GMOM).

Dentre essas estratégias, ocorreu a participação das 21 mulheres do Mucuri em uma audiência pública dia 23/11/2016 na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, cuja pauta do dia era a situação das mulheres dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, sendo o ODMVJM o principal mobilizador e articulador para a participação destas mulheres nesta audiência.

No ano de 2017, continuou-se a participação do ODMVJM nas reuniões mensais do GMOM e nos encontros quinzenais do Grupo de estudos vinculado ao Observatório, com a parceria da Diretoria de Extensão, Cultura, Assuntos Comunitários e Estudantis (DECACE) / Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC-UFVJM) dentre outros parceiros. O Observatório foi responsável pela organização em 2017 do evento: “O8 de Março: Mais um dia de Luta”. Esse evento representou um marco para a UFVJM Campus Mucuri, pois foi a primeira vez que no dia da mulher, vários cursos foram mobilizados em estarem desenvolvendo diversas atividades integradas sobre essa temática. Foram oferecidas oficinas, cine debate, mini cursos ministrados por professores das três faculdades – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas (FACSAE), Faculdade de Medicina do Mucuri (FAMMUC) e Instituto de Ciência e Tecnologia (ICET) – que compõem a UFVJM- Campus Mucuri. Participaram com grande expressividade os estudantes e movimentos sociais da região. Essas atividades contaram com um público interno e externo representativo e foram na direção de fortalecimento das diretrizes pactuadas pelo Fórum de Pró-reitores de Extensão (FORPROEXC, 2010).

Outro ponto a ser destacado é que o Observatório vem de forma efetiva contribuindo com o fortalecimento do controle social, por meio da assessoria e mobilização na reativação do Conselho da Mulher no município de Teófilo Otoni, auxiliando na elaboração da lei que possibilitou o retorno das atividades desse Conselho, como também palestrando na 1ª Conferência de Saúde da Mulher de Teófilo Otoni, realizada dia 24 de maio de 2017.

Sobre outra atividade desenvolvida pelo ODMVJM pode-se destacar a capacitação dos profissionais que atuam nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) e do Núcleo de Atenção a Saúde da Família (NASF), como também contribui com o fortalecimento e articulação da rede de proteção e defesa da Mulher no Vale do Mucuri, o ODMVJM realizou o ciclo de seminários sobre a violência contra a mulher nos Vales do Mucuri e Jequitinhonha no município de Carai também em maio de 2017 e em Águas Formosas Minas Gerais, no dia 13 de junho de 2017.

O seminário realizado em Águas formosas, contou com a participação de parceiros do ODMVJM, quais sejam: representantes dos municípios de Águas

Formosas, Machacalis, Bertópolis, Santa Helena de Minas, Crisólita, Novo Oriente de Minas, Umburatiba, Pavão, Fronteira dos Vales. Participaram profissionais do CRAS, CREAS, NASF, do judiciário, Gestores públicos, Conselho Tutelar. Contou também com a participação da Polícia Civil, da promotora da justiça da Comarca de Águas Formosas, representante do sindicato dos trabalhadores rurais da região. O evento ainda contou com as demais parcerias: CREAS Regional do Mucuri, Secretaria de assistência Social de Machacalis, GMOM, Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Social (CIMOS) do Ministério Público de Teófilo Otoni (MP), Polícia de Prevenção a Violência Doméstica da Polícia Militar (PPVD-PM). Como resultado foi um importante momento de diálogo da rede, realização de estudo de casos e do levantamento de propostas para o enfrentamento da violência contra a mulher na região.

Outro resultado do ODMVJM foi a parceria com a Prefeitura Municipal de Novo Cruzeiro, da CIMOS-MP, com a realização de ciclos de seminários sobre a violência contra a mulher em Novo Cruzeiro, com municípios que compõe a Comarca de Novo Cruzeiro, realizado em junho de 2017. Em julho do mesmo ano foi realizado este mesmo Seminário em Teófilo Otoni e envolveu diversos municípios dos Vales do Mucuri e Jequitinhonha.

Outro resultado do projeto do ODMVJM foi a realização nos dias 17 e 18 de agosto de 2017, de uma capacitação voltada a 100 profissionais que compõem as equipes técnicas (Assistentes Sociais e Psicólogos) dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS); dos Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS); dos Núcleos de Atenção à Saúde da Família (NASF), Conselho Tutelar e lideranças de movimentos populares que atuam na defesa pelos direitos das mulheres, em municípios do Vale Mucuri. Essa capacitação foi organizada em 4 eixos, que articulados buscaram discutir: as relações de gênero na sociedade, como a desigualdade gerada por uma sociedade sexista, machista e patriarcal leva a produção e reprodução de preconceitos e discriminação contra a mulher que se materializam em atos de violência.

Possibilitou ainda aos cursistas, conhecer a realidade das mulheres quilombolas, indígenas e da área urbana da região do Vale do Mucuri e debater a política de enfrentamento da violência contra a mulher em Minas Gerais e no Vale do Mucuri. Ainda no dia 18 de agosto de 2017, como parte da capacitação, ocorreu o I Seminário

Regional de enfrentamento à violência contra a mulher no Vale do Mucuri. Esse seminário contou com a participação de 200 pessoas como: agentes públicos das áreas da saúde, assistência social, e ainda, lideranças comunitárias que atuam na defesa das mulheres dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Inicialmente o evento era destinado apenas para o Vale do Mucuri, mas devido à procura de municípios do Vale do Jequitinhonha, o mesmo contou com a participação de cerca de 20 municípios das duas regiões. Assim pode-se considerar que os resultados foram extremamente positivos para o aprofundamento dos debates sobre gênero, patriarcado, relações sexistas na nossa sociedade e violência contra a mulher.

Sobre o ano de 2018, as atividades e seus resultados do projeto de extensão ODMVJM, tem-se que o mesmo continuou a ter como cerne o desenvolvimento de várias ações voltadas ao fortalecimento dos direitos das mulheres dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, ou seja, buscou-se manter a continuidade das atividades iniciadas em 2016. Dentre elas, tem-se: o já destacado Grupo de estudos com encontros quinzenais que debatem temáticas tais como: silenciamento da mulher negra, a maternidade, mulher e religião, violência contra a mulher, mulher e revolução, dentre outras temáticas.

Ocorreu também a continuidade na participação de reuniões mensais no Grupo de Mulheres Organizadas do Mucuri (GMOM), além disso, o Observatório contribuiu para fortalecer o grupo por meio de curso de formação, qual seja: “Mulheres em movimento: trajetórias e lutas”.

O Observatório teve ainda como ações e resultados das atividades de 2018, o desenvolvimento das rodas de conversas sobre a violação dos direitos das mulheres em creches, Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e no Centro Pop⁶ em Teófilo Otoni. Dentre essas rodas de conversa, cabe destacar, que no dia 11 de maio de 2018, o Observatório realizou no Centro Pop a seguinte: sobre a violência contra a mulher. Essa roda de conversa teve como público alvo as mulheres moradoras de rua atendidas pelo Centro Pop. Contou com a participação de cerca de 15 mulheres. Essas

⁶ O CENTRO POP de Teófilo Otoni se trata de uma unidade pública e estatal que é criada no intuito de atender as necessidades da população em situação de rua, como também para efetivar os direitos dos mesmos. Não há uma legislação específica que regulamente o programa em Teófilo Otoni. Há uma legislação no âmbito nacional que é o decreto de 23 de Dezembro de 2009, N° 7053.

mulheres, falaram sobre a trajetória de violência que vivenciaram no decorrer da vida e sobre como é desafiante ser mulher moradora de rua nessa sociedade racista, machista, preconceituosa, na qual o patriarcado ainda mantém seu predomínio.

Ainda no mês de maio de 2018, foi realizado cine debate do Filme *“Arpilleiras: Atingidos por Barragens Bordando a Resistência”*. Esse cine debate foi organizado em parceria com o Levante Popular da Juventude da cidade de Teófilo Otoni, com o Diretório Central dos Estudantes (DCE da UFVJM-campus Mucuri), com o projeto de extensão Educação, Cultura e Arte (EDUCARTE/UFVJM-campus Mucuri) e do Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB). Esse cine debate contou com a participação de cerca de 100 estudante da UFVJM e de outras instituições.

Na continuidade do cine debate no ano de 2018, foi apresentado outro filme que trata da luta histórica das mulheres por direitos iguais. O filme apresentado nesse 2º cine debate foi: *“As Sufragistas”*, o qual contou com a participação de cerca de 30 pessoas e foi um importante espaço, como já dito, para refletir sobre a construção histórica dos direitos das mulheres.

Outro resultado do ODMVJM foi a participação do mesmo em 25 de maio de 2018 na 6ª Semana da Integração – Ensino, Pesquisa e Extensão (SINTEGRA) em Diamantina, com apresentação de trabalho e também com a participação em uma mesa sobre *“Patriarcado”*. A participação do Observatório nesta mesa objetivou apresentar o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo projeto na defesa dos direitos das mulheres dos Vales Jequitinhonha e Mucuri e fortalecer a articulação com outros projetos de Extensão da UFVJM que tem como foco a questão de gênero.

Uma outra atividade a se destacar foi realizada no dia 04 de junho de 2018. Mais uma vez, em parceria com o projeto de extensão Educação, Cultura e Arte (EDUCARTE/UFVJM-campus Mucuri), o Observatório realizou a *“Mesa Redonda: Gênero e Diversidade na Literatura, na Música e no Teatro: Mulheres e Negritude”*. Essa mesa contou com a participação de cerca de oitenta pessoas, dentre o público interno e externo da UFVJM.

No dia 06 de julho de 2018, foi realizado o ciclo de seminário de violência contra a mulher no município de Berilo. Essa atividade foi organizada em parceria com a Prefeitura Municipal de Berilo e contou com a participação de cerca de 100 pessoas,

dentre movimentos de mulheres, trabalhadores da Assistência Social e da Saúde e teve como objetivo refletir sobre os desafios para aplicabilidade da Lei Maria da Penha, buscando apresentar e discutir o panorama da violência contra a mulher no Estado e, em especial, no município de Berilo-MG. Analisou-se aspectos do trabalho em rede, da política municipal de combate à violência e da importância da atuação das organizações da sociedade civil e do poder público no que diz respeito à atuação em rede.

Com o Ciclo de Seminários, o ODMVJM buscou contribuir com a criação do Conselho da Mulher do município. No período da tarde, foi realizada na comunidade de Mocó dos Pretos em Berilo uma roda de conversa com as mulheres quilombolas, a qual contou com a participação de cerca de 15 mulheres quilombolas e teve como objetivo contribuir com o debate sobre gênero e patriarcado com vistas ao combate a violação dos direitos das mulheres, fortalecer a organização, resistência das mulheres contra a violação de direitos. Além de Berilo, ainda em 2018 foi realizada a mesma atividade do Ciclo de Seminários em Itambacuri-MG.

No dia 20 de julho de 2018 foi realizado em Rubim-MG, um encontro de mulheres e a realização de palestra sobre Mulheres na Economia Popular Solidária, com a participação de cerca de 40 mulheres, dentre elas: artesãs, produtoras, etc. Essa palestra teve o objetivo de fortalecer a auto organização das mulheres do movimento de economia solidária do Vale Jequitinhonha.

Outro evento referente às atividades externas que o Observatório organizou em 2018 foi o 1º Encontro de Mulheres na Luta durante o 35º Festival Cultural Popular do Vale Jequitinhonha (FESTIVALE), ocorrido na cidade de Felisburgo. Esse encontro foi resultado da parceria do ODMVJM com projetos desenvolvidos em Diamantina e na Federação de Entidades Culturais e Artísticas do Vale Jequitinhonha (FECAJE). Representou um marco na história do FESTIVALE, o qual comemorava 35 anos de história do evento. Essa foi uma atividade voltada especificamente a debater a situação das mulheres e fortalecer o seu protagonismo.

Mobilizando a comunidade acadêmica, organizações da sociedade civil e o poder público, outra ação que o projeto realizou foi o Seminário de aniversário da Lei Maria Penha. Esse seminário teve como objetivo dar visibilidade a Lei Maria da Penha e possibilitar a melhor efetividade da Lei. No ano de 2018, o foco do Seminário foi: “12

anos da Lei Maria da Penha”, seminário realizado em parceria com a Delegacia da Mulher de Teófilo Otoni, a partir da apresentação das experiências cotidianas dos casos de uma Delegacia da Mulher que possui um atendimento que vem sendo referenciado para outras Delegacias da Mulher do estado de Minas Gerais realizarem este trabalho/atendimentos. Esse espaço possibilitou a troca de experiências com a Delegacia da Mulher para se pensar em estratégias para o aprimoramento do atendimento e realização de debate com toda a rede de enfrentamento à violência contra a mulher. Essa palestra contou com o público superior a 150 pessoas. Durante o evento ocorreu o lançamento da I Jornada Universitária Feminista da UFVJM- campus Mucuri, com uma palestra voltado a comunidade acadêmica sobre a “Violência Contra a Mulher no ambiente universitário”.

A I Jornada Estudantil Feminista (JEF) ocorreu dia 28 de novembro de 2018 na UFVJM e foi resultado do projeto de intervenção da discente estagiária em Serviço Social do projeto extensão Observatório dos Direitos das Mulheres dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. O objetivo da Jornada foi contribuir com o enfrentamento do machismo e da violência contra a mulher estudante, principalmente na UFVJM. O evento contou com três dias de programações, com: oficinas, palestra, roda de conversa e jogo de futebol feminino. As atividades foram abertas para a participação de toda a comunidade e foram desenvolvidas em diferentes espaços do Campus do Mucuri. Além da programação de atividades nos três dias de jornada, também foi realizada uma pesquisa de opinião com os alunos da UFVJM com o objetivo de conhecer a realidade das estudantes da UFVJM, no tocante à violência contra a mulher no ambiente universitário. Essa Jornada iniciou um importante processo de debates sobre a desmistificação das relações machistas/patriarcais na UFVJM, do combate à violência contra a mulher estudante, e buscou compreender o projeto de extensão como estratégico na busca da construção de novas relações de gênero.

Assim, este relato de experiência buscou mostrar as ações desenvolvidas pelo ODMVJM e seus principais resultados obtidos, o que denota o fortalecimento da aproximação da UFVJM com a realidade concreta dos Vales. Deve-se perceber que os trabalhos ainda são recentes e muito se tem que avançar. Um dos grandes desafios enfrentados é a inserção da comunidade acadêmica da UFVJM, em todos os seus

segmentos. Outro desafio é a Universidade buscar colaborar com a construção de respostas coletivas e populares às demandas da população, assegurando um dos princípios da Política de Extensão: a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Outro desafio enfrentado é se aprimorar nas atividades de extensão com a sistematização de dados sobre a realidade, as quais devem ser socializadas com os sujeitos dos Vales e também com a sociedade de forma geral, mediante produções dos mais variados textos científicos, para que o maior número de pessoas conheça as atividades desenvolvidas e, para a realização de ações futuras, tendo em vista que a realidade se transforma permanentemente. Cabe ressaltar, ainda, que o objetivo dessa extensão não é apenas de conhecer a realidade, mas se propõe a intervir o que se constitui em um dos princípios da Política de Extensão da UFVJM, que visa um processo de transformação social, seja na contribuição da formação e qualificação dos profissionais que atuam na rede, seja no processo da formação dos diversos profissionais dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, e ainda, na contribuição da socialização e fortalecimento dos direitos das mulheres.

Referências

BRASIL. **A violência doméstica fatal: o problema do feminicídio íntimo no Brasil.** Diálogos sobre justiça. Brasília: Ministério da Justiça: Secretaria de reforma do judiciário, 2015. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2015/04/Cejus_FGV_femicidiointimo2015.pdf> acesso em: 08 out. 2016.

_____. **Lei Nº 13.104**, de 09 de março de 2015. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm> acesso em: 16 out. 2016.

CADERNO DE INDICADORES. **Escritório de Prioridades Estratégicas.** Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <http://numeros.mg.gov.br/wp-content/uploads/2013/07/Caderno2013.pdf> Acesso em: 06/01/2017
CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GEBRIM, Luciana Maibashi; BORGES, Paulo César Corrêa. Violência de gênero: Tipificar ou não o femicídio/femicídio? **Revista de Informação Legislativa**, Ano 51, n. 202, abr./jun. 2014. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/503037/001011302.pdf?sequence=1>> . Acesso em: 22 jul. 2016.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Feminicídio**: como coibir a mais extrema violência contra as mulheres. Instituto Patrícia Galvão. **Mídia E Direitos**, n. 3, out.2013. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/10/informativo_impresso_edicao_3-novo.pdf> . Acesso em: 19 jul. 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Estudo sobre a violência contra a mulher**: feminicídios no Brasil. 2013.

LINS, Regina Navarro. **A cama na varanda**: arejando as idéias a respeito de amor e sexo. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MINAS GERAIS. Sistema Integrado de Defesa Social. **Diagnóstico da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em Minas Gerais 2014-2016**. Região Integrada de Segurança Pública - RISP 15 Teófilo Otoni, 2016. Disponível em: http://www.seds.mg.gov.br/images/Diagnostico_Mulheres/documento_diagnostico_mulher.pdf Acesso em: 13 mar. 2017.

NADER, M.B. **Mulher**: do destino biológico ao destino social. Vitória: EDUFES. 1997.177p.

PUTHIN, Sarah Reis; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. **Violência de gênero e conflitualidade nos juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher**. Disponível em: <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/208.%20viol%C3%A2ncia%20de%20g%C3%A9nero%20e%20conflitualidade.pdf> acesso em: 15 out. 2016

SAFFIOTI, H., Violência de Gênero: O Lugar da Práxis na Construção da Subjetividade. In: LUTAS Sociais. São Paulo: Xamã Editora, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero Patriarcado Violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015. 160p.

SENADO FEDERAL. **Pesquisa Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher**. Senado Federal: Secretaria de Transparência: DataSenado, 2013. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Violencia_Domestica_contra_a_Mulher_2013.pdf>. Acesso em: 16 out. 2016.

TEIXEIRA, Amanda Viana de Amorim. A lei do feminicídio como defesa dos direitos humanos da mulher. In: JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS, 7., 2015, São Luis. **Anais...** São Luis: UFMA: Cidade Universitária da UFMA, 25-28 agosto de 2015.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2016**. Atualização: homicídios de mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPP/PR, 2016. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf. Acesso em: 7 jun. 2016.